

EVENTOS E DECISÕES DE NATUREZA POLÍTICO-ECONÔMICA QUE INFLUENCIARAM AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS¹

Darleson Herbeli Silva Soares²

Orientadora: Msc Rosilene de Oliveira Furtado³

RESUMO: A economia tem importância significativa para a humanidade. Para comprovar isso basta que se olhe para a história ou que se tente viver por 24 horas sem consumir ou usar algo não produzido por você. Isto posto, este trabalho busca descrever e analisar concepções de natureza política e econômica em eventos históricos distintos considerando os diferentes modelos econômicos que influenciaram as transformações sistêmicas nas relações internacionais ao longo dos séculos, buscando demonstrar a relevância nas relações entre a política e a economia através de revisões bibliográficas. Além disso, busca apresentar em que consiste os sistemas econômicos internacionais, com descrição e análise de eventos históricos, bem como seus modelos político e econômico, com o intuito de demonstrar os impactos e influências desses acontecimentos históricos para o Sistema Econômico Internacional sob a ótica da Economia Política Internacional e da Geoeconomia

Palavra-Chave: Economia. Política. Geoeconomia. Relações Internacionais. Sistema Internacional. Economia Política Internacional.

1 Introdução

O Sistema Internacional é um conceito bastante utilizado para os estudos da política econômica internacional por ser a origem do tema e fundamental para o entendimento da dinâmica das relações internacionais. Segundo Gonçalves (2016), o Sistema Internacional é caracterizado por um permanente antagonismo em razão do envolvimento de poder nas relações internacionais e, portanto, trata-se do encontro entre atores de nacionalidades distintas e de atores transnacionais do poder.

Dessa forma, o Sistema Econômico Internacional é uma extensão do conceito do Sistema Internacional, sendo, nesse caso, o encontro de atores de diferentes nacionalidades e atores transnacionais no exercício do seu poder econômicos na busca de manter os múltiplos benefícios da extensa relação econômica internacional

¹ TCC apresentado como instrumento final do curso de bacharelado em Relações Internacionais – UNIFAP em maio de 2018

² Discente do curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá.

³ Economista e Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela UNIFAP. Docente de Economia do quadro efetivo da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

livre de diversas restrições e, ao mesmo tempo, preservar a autonomia das nações em alcançar seus objetivos econômicos domésticos.

Além disso, o sistema econômico internacional é um foco de análise específico da economia política internacional (EPI), possuindo diversas esferas como o comércio, finanças, tecnologia e a produção, através de relações, processos e estruturas que se apresentam em dimensões distintas – bilateral, plurilateral e multilateral.

Dessa maneira, as relações tensas entre a economia e política são os objetos de análise da EPI – que possui origem a partir da década de 1970 – e possui relevância para uma análise histórica dessas relações, pois, motivou mudanças sistêmicas durante os séculos. Apesar das evoluções sistêmicas lentas, diversos acontecimentos históricos foram responsáveis por originá-las a partir da esfera econômica, como o caso das formações das cidades e estados nacionais, além da invenção da máquina a vapor de James Watt.

Portanto, as análises das esferas e dimensões são determinantes para discussão dos atores internacionais, como as organizações internacionais, classes, indivíduos, empresas e Estados, sendo o último, elemento central do sistema internacional, conhecida pela sua hierarquia e anarquia.

A questão fundamental que cerca o sistema econômico internacional está presente na forma de desenvolvimento entre os estados, em que a harmonia dos estados tende a alterar com o passar dos séculos em razão dos desequilíbrios naturais dentro do sistema internacional, como notada ao longo deste trabalho, por uma mudança constante de comportamentos em razão de novos modelos econômicos que foram determinantes para o processo econômico atual.

Outro campo de estudo destacável a respeito de política econômica é a *Geoeconomia*, que foi primeiramente destacado por Edward N. Luttwark a partir do artigo “*From Geopolitics to Geo-Economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce*” em 1990, em que analisou a importância da estratégia econômica na tomada de decisões estatais, além da ocorrência de uma mudança contínua nas relações entre os estados nacionais, afirmando que as nações tendem a substituir os conflitos armados pelo econômico.

Paralelamente, a *Geoeconomia* é resultado da extensão de um conceito – o da *geopolítica* - e é associada à competição geoestratégica da dimensão do poder econômico internacional e suas interações com o poder político no espaço internacional. Portanto, a Geoeconomia busca descrever as mudanças localizadas nas ações de governança que implica em uma série de desafios econômicos às fronteiras nacionais.

Contudo, Luttwark (1990) também afirma que os conflitos armados não deixaram e nem deixarão de existir, embora tendam a ter uma menor escala com o passar dos anos, pois os estados não seguem lógicas comerciais somente em razão de serem entidades territoriais e, portanto, necessitam seguir impulsos burocráticos para preservação de seus papéis e fortalecimento perante o sistema internacional, sendo a geoeconomia um novo instrumento para perseguir seus objetivos podemos apresentar como exemplo disso a formação dos blocos econômicos, demonstrando que o confronto desejado atualmente pelas nações está mais presente no campo econômico.

É comum notar que os estudos da geoeconomia focaram mais na constituição e desenvolvimento dos blocos econômicos por serem um exemplo mais didático e um instrumento importante para a minimização dos conflitos armados. Na Europa, destruída após as duas grandes guerras no século XX e a destacada rivalidade alemã contra a Inglaterra e França foram substituídas pela constante integração na tentativa de fortalecimento regional. Além disso, historicamente, Inglaterra e França eram grandes rivais, antes mesmo da chegada de Napoleão Bonaparte ao poder. Entretanto, conseguiram unir esforços mútuos que resultou em uma relação de certa forma harmoniosa por objetivos econômicos e políticos em comum nos dois últimos séculos.

A União Europeia fora uma iniciativa fundamental para a reconstrução da Europa e de sua busca pela integração. Esse bloco acabou unindo o bloco europeu, que apesar das desavenças econômicas entre alguns de seus membros, tende a atravessar as fronteiras com o acordo do pacífico. Serviu de inspiração para formação de outros blocos como o Mercosul, Nafta e ASEAN que se estabeleceram como importantes entidades políticas e promulgação do incentivo ao comércio internacional.

Clausewitz, enquanto escrevia sua obra chamada *Vom Kriege* – publicada após sua morte, em 1932 – cunhou uma célebre frase sobre Guerra e Política, afirmando que a guerra é a “continuação da política por outros meios”, que posteriormente fora citada por Lester **Thurow** (*Apud* Nichols, 2004) para o desenvolvimento do termo “Guerras Econômicas”, afirmando que os Estados ainda continuariam em uma guerra política, embora continuada por outros meios sendo, nesse caso, incorporada ao comércio, destacando a derrubada das relações estatais conhecidas como “*jogo de soma zero*” durante a evolução do sistema internacional. Para este autor, a capacidade das alianças internacionais na forma bilateral resultaria num “jogo competitivo e colaborativo” – antagonista ao “*jogo de soma zero*” - colocando o capitalismo como o sistema capacitado em promover a paz e melhorar a vida da população

Um exemplo importante atual fora a demonstração da relevância da estratégia econômica com a aproximação de Cuba e EUA, que desencadeou na derrubada de diversos embargos econômicos à ilha.

Apesar da iniciativa dos estudos que tratem a política econômica terem sido estabelecidos com mais ênfase após a “Guerra Fria”, as características das relações econômicas interestatais são notabilizadas durante séculos, em diversos momentos históricos em que a sociedade passou por modificações, com os eventos econômicos sendo determinantes para essas mudanças.

Dessa maneira, as seções ao longo deste trabalho buscam descrever e analisar os eventos históricos a partir do feudalismo e relacioná-los com o campo da Política Econômica Internacional, buscando estabelecer a relevância da relação político-econômica nas abordagens históricas, além de fazer uma análise contemporânea considerando a influência da globalização no atual cenário internacional.

2 Eventos e decisões político-econômicas ao longo dos séculos

2.1 Breve descrição e análise do Feudalismo

Feudalismo foi um modo de organização socioeconômico baseado nas relações e proteção entre vassalos e senhores feudais, com origem na decadência do Império Romano, a partir do século V. Contudo, o sistema feudal não consegue ser descrito

de forma completa facilmente, pois necessita de vários fatores como, por exemplo, a localidade. Mas de maneira geral, e mais didática, era uma sociedade estratificada composta por sacerdotes, guerreiros e trabalhadores. Nesse período, o requisito fundamental para a determinação da riqueza de uma pessoa era a quantidade de terra em seu poder, conhecidas como *Feudo*, acontecimento que fora presente na maioria das terras agrícolas na Europa Ocidental e Central.

Os feudos eram áreas agrícolas que consistiam em uma aldeia e vários pedaços de terras consideradas aráveis e dentro de cada feudo havia um senhor, popularmente chamado Senhor Feudal. Nesse sistema, a terra considerada arável era dividida em duas: A terra do senhor feudal, a qual deveria ser a mais próspera e trabalhada de forma prioritária. Em caso de problemas naturais, a primeira terra a ser salva deveria ser a do próprio Senhor. E, por último, a terra dos camponeses que, caso conseguisse ter excedente, trocava no mercado local para garantir a sua sobrevivência e de sua família.

Apesar dos camponeses terem valor, eles não eram considerados escravos. Ao contrário dos escravos, os camponeses não podiam ser vendidos para fora das terras, mesmo com a venda da posse de feudo para outro senhor. O camponês apenas mudava de senhor.

No Feudalismo, a principal característica econômica era a terra como a fonte de riqueza e, portanto, resultava em diversas disputas por esse bem. E dentro dessas disputas, a percepção de guerra como forma de governo durante a idade média era explicada por Maquiavel (1998, Pag. 23) como “uma coisa natural e comum o desejo de conquistar e, sempre, quando os homens podem fazê-lo, serão louvados ou, pelo menos, não serão censurados”. Nesse contexto conflituoso, a Igreja surge como a instituição que passou a deter mais da metade do território europeu.

Apesar da existência de algumas localidades em que sua importância fosse menor que a do Rei, a Igreja era uma instituição que além de possuir o prestígio espiritual, detinha prestígios políticos e dona de riquezas imensuráveis para o período, contendo grandes propriedades de terra em virtude de doações de pessoas que se convertiam em leito de morte, ações que denominamos nos dias atuais de “filantropia” e principalmente de nobres e reis que prometiam a doação de terras em caso de conquistas de outros territórios e, assim, atrair simpatizantes.

Suas riquezas também acumulavam-se pela cobrança de dízimos dos fiéis e de proibir o casamento de seus “funcionários” para que esse não tivesse o direito de dividir as riquezas conquistadas para heranças aos seus descendentes. Dentro de tal sistema, em teoria, a igreja seria a prestadora dos serviços espirituais, a nobreza de proteção militar e os trabalhadores a função de cultivo das terras. A soma da religião e a busca de riqueza, teve como resultados as guerras santas. As mais famosas foram as *Cruzadas*.

As *Cruzadas* detinham valor tanto econômico quanto religioso. Era valioso para a igreja que vários europeus lutassem por terras com a promessa de doar parte para a igreja e de impedir a ascensão da religião muçumana em uma região considerada estratégica, pois os melhores negócios do período eram com o oriente, em razão da cidade de Constantinopla ser a maior e mais influente da região mediterrânea, com Veneza tendo ligação marítima, consistindo em grande vantagem econômica, especialmente para a igreja Romana.

Em algumas décadas, as Cruzadas trouxeram transformações significativas para o comércio da época, especialmente para os senhores feudais que se acostumaram ao contato com outras civilizações e mercadorias que antes eram desconhecidas. O comércio ganhara um espaço maior após as cruzadas e o aperfeiçoamento encontrou o melhoramento das feiras que ocorreram primeiramente em países como a Inglaterra, França e Bélgica em que os senhores feudais destes e de outros lugares da Europa ocidental providenciavam a realização de tais feiras, oferecendo salvo conduto e segurança aos mercadores de fora, entre eles italianos, florentinos, venezianos, alemães, entre outros.

A razão de toda a preocupação e boa vontade dos senhores feudais era unicamente uma coisa: Riqueza. O senhor feudal, com a permissão do rei para sediar uma feira, taxava desde a entrada os comerciantes até a saída, incluindo até atividades destes o que lhe dava uma grande quantidade de riqueza.

Um acontecimento que merece ser notado é a ascensão dos “burgos” que eram cidades fortificadas em que as práticas comerciais eram mais acentuadas e seus habitantes eram chamados de “burgueses” que mais tarde era usada denominar mercadores e banqueiros.

Essas feiras trouxeram consigo mudanças nas formas econômicas a partir do século XII, já que se concentravam pessoas de outras nacionalidades e a necessidade do aperfeiçoamento das trocas, outrora fazendo-se uso do escambo, tornaram-se crescentes com as mudanças no sistema de trocas. A dificuldade durante a troca de uma mercadoria por outra fez que surgisse um meio mais fácil e rápido para a superação dessa adversidade: a moeda.

A moeda possui maior liquidez, portanto, tornando-se preferencial nas relações de trocas, resultando, durante as feiras, o surgimento de grupos que emprestavam e trocavam moedas. Além disso, providenciavam letras de créditos e cambio que transformara em uma nova atividade que se configura até os dias atuais com uma grande relevância, sendo também determinante para a evolução dos sistemas econômicos. Trata-se da atividade bancária.

A atividade bancária e o comércio passaram a ter grande relevância, mas tanto a igreja quanto os senhores feudais se tornaram empecilhos para o crescimento. A igreja tinha uma importância significativa em toda a sociedade, desde a razão econômica ao modo de vida do cidadão. Esta instituição determinava e proibia a usura que é um empréstimo visando o lucro através de juros, em que é possível notar no seguinte trecho da bíblia (Lucas 6: 34 –35):

“E, se emprestais àqueles de quem esperais receber, qual é a vossa recompensa? Também os pecadores emprestam aos pecadores, para receberem outro tanto. Amai, porém, os vossos inimigos, fazei o bem e emprestai, sem esperar nenhuma paga; será grande o vosso galardão, e sereis filhos do Altíssimo. Pois ele é benigno até para com os ingratos e maus”.

Com isso, séculos depois, as religiões que compactuavam mais com os novos ideais passaram a ser presentes em grande parte da Europa, com destaque para a religião protestante inspirada, principalmente, pelos ensinamentos de João Calvino e Martinho Lutero, os quais defendiam que uma das formas de ascender ao “paraíso” era através do trabalho e que nem todos iriam para o reino dos céus. Mas o maior indicativo do destino divino seria trabalho árduo e a quantidade de riqueza gerada por esta, pois, glorificaria a Deus.

Para a religião protestante, o trabalho teria a função social de inibir alguns pecados, em especial a luxúria e a preguiça, além de tratar a usura como algo

benéfico, por conseguinte, defendendo a atividade bancária, que passou por uma grande expansão. Marx Weber, em seu livro “Ética Protestante e o Espírito Capitalista” de 1905, demonstra que a religião foi um fator determinante para explicar como a revolução industrial se deu em alguns países e em outros não como por exemplo a Itália e a Alemanha. A importância da religião foi um relevante indutor das relações entre estados na era feudal e até nos dias atuais onde países com afinidades religiosas possuem maior capacidade em estreitar relações.

A importância da religião no período feudal gerou vários conflitos com os muçulmanos durante *As Cruzadas* e depois com os protestantes que cresceram consideravelmente na própria Europa Ocidental, séculos mais tarde. Este território concentrado dentro dos domínios da Igreja Católica, passou a perder parte do seu poder político e econômico em virtude de novas revoluções como na Inglaterra com a criação da Igreja Anglicana por Henrique VII.

Para Huberman (1936) o sistema feudal fora uma organização que, em última análise, estabelecida através de uma troca de proteção – frequentemente ilusória – que resultava em um relação de opressão de uma classe parasitária sobre a classe trabalhadora, sob a anuência da igreja, que embora não possa ser negado suas ações que ajudavam os pobres e doentes, era também responsável direta pela situação de miséria pela qual parte da classe trabalhadora passara em razão dos dízimos cobrados serem elevados.

Dito isso, a evolução política e econômica ocorreu de forma lenta e gradual O comércio passou a se tornar fundamental, embora as terras ainda estivessem em posse de senhores feudais e da igreja. Os comerciantes buscavam maior liberdade para empreender, tanto por motivos políticos quanto religiosos, o que resultou na necessidade de alguém que atendesse as demandas comerciais.

Assim, o papel de um líder nacional ganha destaque junto com o conseqüente pensamento nacional. Contudo, para que o líder nacional – o rei – possuísse mais poder necessitava de apoio dos comerciantes, cada vez mais ávidos por liberdade e terra, além de menor interferência estatal em seus negócios e proteção aos seus monopólios comerciais. Essa nova classe de comerciantes e bancários ficaram conhecidos como *burgueses*, e foram determinantes para a constituição do período *mercantilista*.

Ainda segundo Huberman (1936) a evolução para o período mercantilista fora o aumento do poder político e econômico dos comerciantes, que passaram inclusive a comprar as terras dos senhores feudais, e dos reis, líderes nacionais, que ambicionavam por mais riquezas com impostos e terras, sendo a maioria pertencente a igreja. Ainda, segundo o autor, essa relação mudou o cenário europeu em razão dos estados ficarem cada vez mais concentrados. A burguesia apoiava os reis pois o mesmo lhe garantia monopólio na sua área de ação, como eram as associações de comércio nas cidades. Os reis, por outro lado, recebiam volumosos empréstimos e cobravam imposto sobre o comércio com intuito de financiar exércitos mais bem preparados, além de manter um alto padrão de vida para o reino.

Ressaltasse que os principais aspectos feudais não foram completamente suprimidos pelo mercantilismo, ainda eram presentes e necessários para o estado-nação. Estes, estavam geralmente presentes nas regiões interioranas, com a terra continuando como determinante principal de riqueza, somando-se a proibição real de exportar ou aumentar os preços da produção no campo para que os comerciantes do reino não saíssem prejudicados.

2.2 Breve descrição e análise do Mercantilismo

O Mercantilismo foi um importante indutor de transição para o Capitalismo. Ficou conhecido pela formação de um sentimento de estado nação e a perda de poder e riqueza da igreja para os reis, que passaram a monopolizar decisões. Tal período foi conhecido pelas grandes navegações e descobertas de terras além do oceano como o “descobrimento do continente americano, que passou a ser uma colônia de exploração em sua maioria territorial.

Para Huberman (1936) a evolução do pensamento econômico até a chegada no período mercantil passou um processo longo de diminuição da subordinação à filosofia, a política, a moral cristã e as normas consuetudinárias presentes na antiguidade. As novas ideias mercantis possuíam uma visão mais estatal nas relações sistêmicas, levando as nações em permanente estado de guerra e pesadas regulamentações produtivas, com o objetivo de buscar superávits comerciais.

Estados como Portugal, Espanha, Holanda e Inglaterra destacaram-se, em decorrência da mudança sobre percepções de riqueza entre os estados nacionais. O acúmulo de metais preciosos passou a determinar a quantidade de riquezas de um estado em comparação a outros e, por essa razão, Portugal e Espanha passaram a ser os países mais poderosos durante o começo do século XVII, graças as explorações de metais preciosos em território americano.

Durante o período mercantilista, as nações estavam em constante conflito em razão da ambição de conseguir a balança favorável, consistindo em uma falta de cooperação entre os estados nações, resultado de um pensamento político-econômico predominante no período em que a noção de ganhos estatais passava pela perda do estado rival. Essa relação política e econômica predominante no período era chamada de *Jogo de Soma Zero*, que consiste que dois ou mais estados buscam o melhor resultado que o adversário, visando agir pela lógica de que tudo que o adversário perder seja revertido em ganho para si próprio.

O resultado dessas relações eram, por óbvio, guerras e práticas protecionistas, pois a busca do estado nação era manter o *superávit* econômico – caracterizado pelo incentivo à exportação em detrimento da importação – através de protecionismo e exércitos bem armados e numerosos para intimidar nações rivais.

Contudo, alguns pensadores do século XVIII alertavam que tais práticas não possuíam tanta eficácia, pois um país com grandes quantidades de riquezas, na época caracterizada pela quantidade de pedras preciosas em posse de um estado nação, resultava em preços internos elevados, prejudicando a atividade econômica e social. Em 1758, David Hume destacou, em seu livro *“Essays, Moral, Political and Litary”*, que o excesso de riqueza concentrada em uma nação fazia com que a demanda por produtos aumentasse, resultando em uma disparada nos preços em um estado-nação, dificultando a exportação e incentivando a importação, por conseguinte, causando “déficits”.

Outro fator relevante para a economia Mercantilista, fora declínio de importância sociológica e política da igreja, sendo notório a partir do momento que a burguesia e os reis enriqueciam cada vez mais com as formações dos grandes estados nacionais e o grande fluxo mercadológico.

A igreja, percebendo a sua perda de poder, passou a investir suas atenções para um “novo mundo” com o intuito de fincar algum grau de importância que perdera

parte no continente europeu, especialmente na América em que se destacam as missões jesuítas. Os senhores feudais ainda tinham poder, especialmente no interior dos estados, embora já houvesse o ideal de trabalhador assalariado.

As origens econômicas para o período mercantil é o resultado direto da evolução contínua do comércio que causou uma escassez de moedas, ouro e prata, resultado direto do grande fluxo comercial que o mundo passara.

Neste momento, surgiam pensamentos liberais que inicialmente deliberavam a respeito da busca de liberdades individuais, a propriedade e liberdade de credo, que começavam a se expandir com maior velocidade entre as grandes nações. Apesar disso, os princípios liberais, que outrora ligados a direitos de igualdade e liberdade, bem como a busca por comércio, passou a servir de munição para aparelhar o estado em um pequeno grupo de comerciantes que criavam monopólios e determinavam diretamente os preços das matérias primas, especialmente da produção das terras ainda feudais.

Esses pequenos grupos formaram primeiramente associações de comércio, chamadas de *Guildas*. Tais associações eram compostas por artesãos responsáveis por toda a cadeia produtiva, desde a matéria prima e gozavam de privilégios locais, pois detinham certa independência e constituíram um monopólio dentro de sua determinada localidade. As relações de trabalho eram muito próximas, tanto que os chamados “patrões”, eram tratados e chamados de “mestres” pelos seus empregados que eram jornaleiros e aprendizes que trabalhavam e aprendiam para se tornar um “mestre”.

Esse monopólio local gerava atritos com as localidades vizinhas e, por conseguinte, de outras nações que passavam a não serem bem vistas por essas associações. Mas, ao colaborar com a perda de poder da igreja e do senhor feudal, quem ganhou poderes acima desses fora o Rei, com a relação de nacionalismo tornando-se mais forte. O Rei, com o passar do tempo, foi conseguindo unir as localidades e acabando com suas restrições comerciais, com o objetivo de criar uma identidade nacional e acumular maiores poderes territoriais e populacionais.

Como dito anteriormente, a relação entre o Rei e a Burguesia trazia vantagens para ambas. O rei poderia pagar, através de impostos e empréstimos junto a burguesia, seus exércitos, que teria a única função de lutar e o rei poderia manter seus

altos custos de realeza. A Burguesia, por outro lado, teria uma autoridade que garantisse a segurança e seu monopólio. Um exemplo dessa parceria era a produção nas terras dos senhores feudais – existentes geralmente nas áreas mais interioranas das nações – que deveriam atender única e exclusivamente os comerciantes da nação, pois, se o senhor feudal exportasse por livre arbítrio, seria desvantagem competitiva para o comércio do reino, sendo que a monarquia estipulava o preço de acordo com a vontade da burguesia.

As nações passavam por mudanças, mas ambas tinham seus casos peculiares. As suas guerras tinham caráter econômico, mas politicamente tinham a religião como principal causa de guerras civis que implodiram em tais nações e a difusão de novas ideias não mais tão embrionárias como anteriormente que começavam a se difundir. Durante o século XV houve o caso do rei Henrique VIII que rompeu com a igreja católica por esta não permitir seu casamento com Maria Bolena, o que seria seu segundo casamento - algo proibido para os dogmas da igreja. Então o rei acabou fundando a Igreja Anglicana que teve um grande impacto na igreja católica na Europa ocidental que passou a tentar inibir o crescimento desta e de outras vias de religião através de perseguições religiosas.

As novas ideias eram simpáticas ao comércio havendo revoluções em algumas grandes nações como a França, Inglaterra e Alemanha. Essas revoluções foram inspiração para a obra de Marx Weber na qual demonstrara que países com religião protestante tivessem um grau elevado de desenvolvimento industrial por não discriminarem as atividades comerciais, em especial a usura como já citado anteriormente.

As transformações econômicas e políticas deram origem aos *fisiocratas*, que eram considerados antimercantilistas, que desenvolveram ideias que denotavam a eficácia do mercado como um movimento natural, através da esfera de circulação das mercadorias, embora acreditassem na alternativa de promoção dos chamados “déspotas esclarecidos”. Os déspotas seriam soberanos utilizados como instrumentos para que as leis naturais da economia fossem cumpridas.

Posteriormente, surge a *Escola Clássica*, também antimercantilista, que defendia um conjunto científico sistematizado econômico a respeito da esfera de produção, defendendo que a riqueza é originária do aumento na produtividade,

resultado da divisão do trabalho e que o valor, sinônimo da riqueza, é decorrente do trabalho humano e, portanto, o valor dos bens são estabelecidos através das relações humanas, baseado na livre iniciativa, na busca individual pelo lucro e necessidade de ampliação do mercado. Destacam-se diversos autores dessa escola, que ainda possuem relevante importância para os dias atuais, como David Ricardo, Thomas Malthus e Jean Baptiste Say.

Isto posto, o historiador Carlton Hayes (apud Huberman, 1936) analisa o período mercantil utilizando uma frase do Arcebispo de Cantenrbury, em 1690, que definia o mercantilismo através do objetivo específico pelo ouro, grandeza e glória secular. Portanto, para ele, o resultado da política mercantilista é a guerra em razão da luta por mercados e colônias, alertando, a partir de uma crença no período, sobre a importância na política econômica de uma nação visando a redução do comércio e da indústria de um estado rival, isto é, um país só poderia aumentar seu comércio se o país rival diminuísse seu fluxo de comércio.

Percebe-se que o Mercantilismo foi um importante indutor de transição para o Capitalismo. Fora conhecido pela formação de um sentimento de estado nação e pelos descobrimentos de continentes além do oriente, bem como fora o embrião dos ideais de caráter liberal, como a busca de direitos civis, tais como direitos a igualdade, liberdade de comércio e clero, a defesa de propriedade, entre outras, que teve seu ápice a partir do fim do século VIII que foram alicerces da constituição do período capitalista.

2.3 Breve descrição e análise do Capitalismo industrial

Com o advento de diversas revoluções de caráter religioso e econômico e a perspectiva de procura de comércios alinhados com os pensamentos de direitos civis sobre a vida, propriedade e liberdade de pensadores como Frederick Bastiat que fora influenciado por Voltaire e Descartes, a era da escuridão, nome dado ao período feudal, passou a ser iluminada a partir do século XVIII com os pensamentos iluministas.

Os desdobramentos do século XVIII foram fundamentais para a evolução do capitalismo industrial. Notoriamente, os principais acontecimentos foram a

Independência Americana e Revolução Francesa, bem como a mudança do pensamento político-econômico originados pelos pensamentos de Adam Smith.

O maior impacto da independência americana fora a promulgação da sua Constituição, influenciando diversas nações, como a Brasileira e principalmente a Francesa que cerca de 13 anos depois obteve a sua revolução.

A importância de Adam Smith deu-se tanto no campo econômico quanto no social, pois, em seus escritos, em *A Riqueza das Nações* de 1776, influenciaram e modificaram o cenário político-econômico mundial, criticando o modelo mercantilista e defendendo que o estado deveria interferir o menos possível na economia, sendo fundamental para o desenvolvimento do capitalismo nos séculos seguintes.

A Revolução Francesa, ocorrida em 1789, marcou o fim da Idade Moderna e o início da Idade Contemporânea que perdura até os dias atuais. No mesmo ano, houve a aprovação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que é um marco para os direitos individuais, entre elas, destacam-se o respeito à dignidade da pessoa humana, a liberdade e a igualdade dos cidadãos perante a lei, o direito de resistência à opressão política e a liberdade de pensamento e opinião.

O período também fora marcado por conflitos ainda remanescentes do período mercantilista em razão de terras e comércios. Destacou-se nesse momento Napoleão Bonaparte, que se notabilizou pelas suas estratégias militares e por promover a ascensão da França durante o fim do século XVII e início do século XIX, rivalizando com a Inglaterra – principal potência à época – que o fizera ser temido por todo o continente e constituiu um grande fortalecimento do comércio francês e da indústria francesa, tornando-a um dos estados-nação econômica e politicamente mais poderosa mundialmente.

Nesse momento, surgem as indústrias e as invenções das máquinas que passaram a possuir maiores produções, minimizando cada vez mais o poder das organizações que detinham o monopólio da produção de bens e serviços que, então, ganharam uma forte concorrente: A inovação.

James Watt teve papel central para o início da produção industrial. Após ser impedido de continuar suas experiências sobre máquinas a vapor, em razão de não ser membro das associações de mecânicos de Glasgow, foi para Birmingham e com patrocínios generosos de industriais como John Roebuck e, posteriormente, de

Matthew Boulton que o ajudaram a revolucionar o papel da indústria, tornando-a cada vez mais eficiente e remodelando a divisão de trabalho da época.

Em março de 1776, foi noticiada a construção e funcionamento da máquina a vapor de Watt, que rapidamente espalhou-se pela Europa com mais de 500 máquinas construídas e instaladas até o fim do século XVIII, ocorrendo uma grande transformação na produção, que passou a ser em escala e intensificada nas fábricas com a constituição do sistema fabril.

O desenvolvimento do sistema fabril foi ocasionado não apenas pelas inovações como a máquina a vapor, mas por pessoas que anteriormente moravam no campo e foram expulsas pelos senhores da terra por não precisarem de mais pessoas para produção - naquela época a lã havia se valorizado e a sua produção não necessitava de uma grande quantidade de pessoas. Dessa maneira, houve o êxodo dessas pessoas do campo para as cidades com o objetivo de serem contratadas pelas nascentes indústrias e, por conseguinte, formando as primeiras sociedades industriais, responsáveis pela explosão demográfica.

A Revolução Industrial teve grande prosperidade a partir do século XVII, verificado na Inglaterra, mas que provocou profundas modificações na vida política, social e econômica da Europa. Esse período foi marcado pela utilização da energia à indústria, desenvolvimento dos meios de transportes e comunicação, aprimoramento do setor fabril e um grande desenvolvimento tecnológico.

Apesar dos grandes avanços, a vida das pessoas no chão de fábrica e as seguidas crises do sistema capitalista fazem dele um sistema volátil. Por conta disso, houve pensadores que criticavam tal situação. O mais famoso foi Karl Marx e o seu livro "O Capital" que foi um importante método de análise sobre produção do sistema capitalista na qual denunciava a má distribuição de renda e a exploração do trabalhador, definindo as relações sociais em duas classes: Burgueses e Proletários.

Os ideais de Marx são opostos aos teóricos da escola clássica e possuem uma importância histórica para estabelecimento de novos princípios e conceitos socioeconômicos que até os dias atuais ainda são bastante abordados, como o da *mais-valia* e o *exército de reserva industrial*.

O primeiro é a apropriação do excedente econômico pelos capitalistas nas relações com os trabalhadores e o segundo trata-se da relação proporcional da oferta de trabalhadores e a depreciação salário – quanto maior o crescimento do número de trabalhadores, maior será a depreciação do valor do salário.

Para Marx, a sociedade estaria em constante conflito em razão das injustiças causadas pelo capitalismo e que gerariam condições econômicas e sociais degradantes, com um decrescente número de pessoas que enriqueceriam cada vez mais e uma crescente classe trabalhadora cada vez mais pobre e responsável por promover uma *revolução social*, substituindo os modos de produção capitalista.

As guerras entre nações tornaram-se cada vez mais abruptas a partir da metade do século XIX. Com a independência das colônias da América os olhos voltaram-se para a África, tendo a Inglaterra como a principal potência colonial da época, conhecida como o império que o “sol nunca se punha” por ter colônias na Ásia, Oceania e África.

Itália, Alemanha e França também possuíam territórios na África, e o choque dessa expansão foi uns dos principais indutores da primeira guerra mundial com a chegada do século XX. O estopim para o início dos conflitos fora o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando no dia 28 de agosto de 1914.

A Primeira guerra mundial (1914-1918) decretou o fim da hegemonia europeia e a consolidação dos Estados Unidos como principal potência. Segundo Huberman (1936) os seus resultados para as nações europeias foram a perda de aproximadamente 40% da indústria e 30% da agricultura, criando condições favoráveis para consolidação de ideologias ultranacionalistas e implementação de regimes totalitários. Mesmo com a criação da liga das nações em 1919, o espírito de revanche ainda se fazia presente nos países perdedores, especialmente na Alemanha.

A primeira guerra também foi responsável pelo marco de um país que viria na contramão de outras nações: A Rússia. Após seguidas derrotas na primeira guerra, a fome e a miséria provocaram revoltas populares que resultaram na renúncia do Czar e a entrada dos Bolcheviques no poder estabelecendo o que eles chamavam de ditadura do proletariado.

Lenin tentou introduzir o socialismo nas áreas do antigo império russo e países anexados que agora era chamada de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e que muitos pensadores viam como o futuro do capitalismo, especialmente após a o Crack de 1929.

O sistema capitalista passou pela maior crise já existente graças ao *Crack de 1929*. A primeira guerra mundial trouxe uma euforia exacerbada aos Estados Unidos que aumentou a capacidade produtiva sem que houvesse uma demanda correspondente, pois a finanças internacionais não haviam se recuperado após o fim da guerra. O *Crash* da bolsa de valores foi devastador para a economia internacional, inclusive para países fechados como a URSS. O cenário de crise econômica e revanchismo transformou a Europa em uma terra fértil para ideias antiliberais como o Fascismo na Itália e o Nazismo na Alemanha, que após invadir a Polônia em 1939, deu o início a mais uma Guerra Mundial.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) mostrou ao mundo quão frágil era o sistema internacional e o fracasso da Liga das Nações, que após a guerra passou a se chamar ONU, numa tentativa de salvar e prevenir erros anteriores. Mas a principal relevância após a segunda Guerra Mundial foi uma mudança para o sistema internacional, pois, ficou caracterizada pela *Bipolaridade* – trata-se da denominação onde ocorreu duas grandes potências hegemônicas mundiais – chamada de *Guerra Fria*.

A Guerra Fria foi resultado direto dos eventos após o fim da Segunda Guerra, que deixou a Europa em situação complicada, tanto economicamente quanto socialmente. Embora, no outro continente, os Estados Unidos haviam sustentado seu *status* de maior potência econômica, política e militar. Contudo, após o fim dos conflitos, o EUA passara a ter um estado que fora igualmente vitorioso após 1945, que possuía ideologia econômica e social contrária as dos norte-americanos, conquistando atenção de outros continentes sobre suas práticas de gestão nacionais inspiradas nos escritos de Karl Marx, chamada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

A URSS havia se tornado uma grande potência militar, tecnológica e, inclusive, ideológica. Naquele sistema internacional, o símbolo maior da bipolaridade fora um muro construído em Berlim, que simbolizaria essa “separação” em dois blocos

distintos: Capitalismo e Socialismo. Após anunciar que o teste de uma bomba atômica havia sido um sucesso, o mundo passou a encarar uma possibilidade de uma guerra nuclear que teve como ápice a crise dos mísseis em Cuba em 1962.

Entretanto, a Guerra Fria deu-se em sua maioria no campo ideológico. As guerras militares no período não eram diretamente entre as duas nações, embora as potências instigassem e bancassem economicamente e militarmente alguns conflitos, como nas Guerras da Coreia e do Vietnã.

Inicialmente, as colônias na África constituíram um grande ativo para as nações, pela relação de superioridade da metrópole sobre a colônia pela abundância de matérias primas e manutenção de poder perante outros estados, o que foi determinante para as duas guerras mundiais seguintes e crises econômicas, especial a *Crash* da bolsa de valores de Nova Iorque, que impactou diretamente todas as economias mundiais.

Tais conflitos e problemas, permitiram um novo pensamento mundial com vista a estabilização econômica e política, que resultaram em planos de natureza econômica como o Plano Marshall e o Comecon da URSS.

É importante o entendimento dessas ações, pois elas interferiam diretamente na política externa e interna das nações que eram agraciadas com esses planos. No oriente, Japão que outrora era inimiga dos EUA, passou a ser o principal parceiro na região, que tinha a China, alinhada ideologicamente com a URSS. Essa parceria com o Japão ressalta uma das consequências ao fim do conflito mundial: Progresso Tecnológico e Industrial.

Essa consequência foi determinante para o fim da Guerra Fria, pois nações do bloco capitalista conseguiram promover diversas inovações em áreas vitais, como a tecnológica, a comercial e de produção industrial, ao contrário da URSS que não obteve resultados expressivos, como descrito pelo ex-presidente do FED, Alan Greenspan (2007), no seu livro *A Era da Turbulência*, em que a partir de visitas a República Soviética, destaca que a população ainda usava equipamentos comuns usados durante a revolução de 1917 na sua linha de produção, além de outras tecnologias consideradas “atrasadas” em boa parte no ocidente. Ele explica que a razão disso se dá pela impossibilidade de um pensamento de coletivização da produção, o que, portanto, inibiria qualquer modelo eficiente de produção socialista

além de suprimir a liberdade econômica, por impedir que cidadãos buscassem seus interesses além de limitar sua capacidade de inovação.

Decorrente do explicitado anteriormente, a URSS passou por um colapso econômico. Em 1985 o partido comunista nomeia Mikhail Gorbachov como secretário-geral e adota medidas de abertura econômica e reestruturação conhecidas, respectivamente, como Glasnost e Perestroika. Essas atitudes agradaram o ocidente, embora a situação soviética tivesse agravado, fazendo-o renunciar em 1989. Em 1991, Boris Yeltsin, presidente da federação russa, decreta o fim da URSS e a criação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI).

Com a proximidade do fim da *Guerra Fria*, a economia política nas relações internacionais passou a ter maior ênfase como campo de estudo, sendo visível e notório que esse campo fora influenciado pelas transformações no sistema internacional no período. Sendo assim, a Economia Política Internacional (EPI) surge como um novo método de análise nas relações internacionais através da tentativa de compreender a interação contínua entre as esferas estatais e mercadológicas.

3 Economia Política Internacional (EPI): Definições e análises

Segundo Gonçalves (2016, Pag.7):

“Economia Política Internacional é um método de análise das rivalidades interestatais que envolvem disputas entre classes e grupos sociais, tendo foco nas dinâmicas do sistema econômico internacional em suas distintas esferas e dimensões, resultado das decisões e ações de atores nacionais e transnacionais – como estados, empresas, ONGs, grupos e classes sociais, grupos de interesses, organizações intergovernamentais, mídia e indivíduos.”

Dessa forma, a EPI busca superar as limitações específicas de cada campo teórico, buscando desenvolver uma investigação intelectual nos mais diversos campos de estudo para que questões e problemas importantes possam ser examinados sem referência às disciplinas específicas. O campo de estudo busca a aplicação da teoria aos problemas reais mundiais, acompanhada de outras ciências e áreas – como Geografia, História, Direito e Sociologia.

Embora, historicamente, trate de temas relacionados ao impacto do poder e da riqueza mundial nas relações estatais, bem como os estados buscam influenciar as forças mercadológicas com objetivo de obter vantagem, Gonçalves (2016) alerta que a definição da EPI não pode ser limitada a tratar somente desses temas, por envolver uma gama de métodos ou enfoques analíticos com temas relacionados a relações, estruturas e processos internacionais.

Além disso, é destacado que os atores não podem ser limitados a estados, havendo importantes contribuições de outros fenômenos e atores, com seus respectivos comportamentos e sua relevância nas tomadas de decisões, como os grupos de interesses – entre eles os grupos terroristas, empresas, ambientalistas, instituições religiosas.

Segundo Leiteritz (2005) a Economia Política Internacional é um dos mais recentes estudos das relações internacionais, surgindo na década de 1970 através de um grupo de cientistas políticos, como Robert Keohane e Joseph Nye, que se colocaram como campo de estudo além da economia. Para esses estudiosos, é perceptível que as múltiplas interações entre política e economia no nível internacional ocorrem com mais frequência, adotando como exemplo as implicações políticas e econômicas dos choques do petróleo durante a década de 1970. Contudo, um dos estudos mais relevantes da EPI é o livro *The Political Economy of International Relations*, de Robert Gilpin.

Apesar dos estudos da EPI estarem voltadas para as dinâmicas e efeitos da globalização, possui grande valia nas análises da evolução do sistema político-econômico desde o período feudal e a formação dos estados nacionais, pois, as razões econômicas foram determinantes para a formação do sistema. Segundo Gilpin (2001):

“Como toda instituição humana, o Estado-nação foi criado par atender às necessidades específicas. O estado surgiu em um momento específico para proporcionar segurança econômica e política e alcançar outros desejos metas; em contrapartida, os cidadãos deram ao país-estado sua lealdade. Quando o Estado-nação deixa de atender às necessidades de seus cidadãos esses retirarão sua lealdade e o estado moderno desaparecerá assim como os reinos feudais, sistemas imperiais e cidades-estados que deslocados”

Dessa maneira, Gilpin (2001) denota que a política econômica está presente na formação do estado como um garantidor da ordem e segurança econômica para os cidadãos e as formas alteram-se de acordo com as necessidades e eventos históricos que deram ensejo a evolução do sistema.

Portanto, para ele, a política econômica está estritamente ligada à formação e avanços do sistema internacional, embora reconheça sobre a impossibilidade de comparação com relação a importância da economia nos dias atuais dão-se pela aproximação da sociedade internacional e maior importância no século XX das instituições internacionais, em razão do mundo está mais integrado tanto economicamente quanto fisicamente por causa dos avanços nas áreas de comunicação e transportes.

Com a decorrência de novos eventos no sistema econômico internacional, é possível notar que as problemáticas da Economia Política Internacional têm alterado. A EPI tradicional incluía com mais ênfase a análise da economia política do comércio internacional, das finanças internacionais, das relações Norte-Sul, das corporações multinacionais e da hegemonia. Atualmente, a problemática foi ampliada em razão que muitos estudiosos buscaram estabelecer uma nova EPI, menos centrado na política internacional e nos problemas do Estado-nação, bem como cada vez menos focado em questões de política econômica. Esses novos estudiosos buscavam criar um novo campo da Economia Política Internacional que transcenderia os limites percebidos da Política Internacional e da Economia Internacional como campos de estudo e pesquisa.

As instituições internacionais possuem cada vez mais relevância nas discussões da EPI, segundo a análise de Gilpin (2001) em razão de serem capazes de promoverem o bem-estar social e econômico, fazendo que os estados deleguem diversas funções técnicas, acarretando em uma compreensão dos estados sobre os bons efeitos da paz e da cooperação fomentando a integração política e econômica.

Além disso, o autor considera que a globalização tem papel fundamental para as análises contemporâneas da economia política em razão de ser uma das características mais debatidas quando se trata de assuntos relacionados a política e a economia nas relações internacionais. No entanto, ele afirma que há um consentimento geral que a globalização tenha se tornado a definição da economia internacional no início do século XXI, mas considera isso um equívoco conceitual

exagerado e mal interpretado nas discussões públicas e profissionais sobre sua verdadeira extensão e significado.

4 A influência da globalização na Relações Internacionais: uma Análise contemporânea

As perspectivas de estudos sobre a economia política, geoeconomia ou quaisquer campos de estudos que utilizem a economia necessitam de foco nas dinâmicas sistêmicas causadas pelos efeitos da globalização. Diante disso, há um elevado número de opiniões e análises que a consideram vantajosa ou desfavorável, além de exagerada significância e má interpretação nas discussões.

Para Ricardo Seitenfus (2013) embora seja considerada fácil de identificar o conceito de globalização, é difícil de definir, sendo comum sua utilização como descrição de uma realidade ou discurso ideológico. Dessa forma, a identificação implica na existência de uma demanda que não é restringida somente a um espaço territorial de uma nação. Diante disso, Seitenfus (2013) afirma que é constatável que a globalização é utilizada para descrever a formação de uma nova sociedade internacional, caracterizada pelo fluxo constante de valores, mercadorias, informações e capital, cuja forma e estrutura vão além das vontades dos atores estatais. Ainda para o autor, existem quatro tipos de definições que podem ser propostas para a globalização, de acordo com o espaço temporal.

A primeira é de Theodore Levitt (apud Seitenfus, 2013), em 1983, definindo como expressão para designar convergência de todos os mercados, enfatizando que a sociedade internacional teria uma unicidade do mercado, ou seja, mercadorias seriam vendidas da mesma forma em todos os lugares do mundo.

A segunda é de Kenichi Ohmae (apud Seitenfus, 2013), em 1990, que definiu a globalização como um conjunto da cadeia de criação de pesquisa e desenvolvimento, em um processo que primeiramente seria focado na produção interna e posteriormente externa que resultaria em uma integração econômica global. Portanto, nessa visão, a globalização seria uma forma de gestão integrada global com os estados sujeitando-se as suas exigências por razões de subsistência.

A terceira advém da noção que as empresas transnacionais são as que definem o sistema internacional de acordo com seus interesses e que se trata de um caráter irreversível, ressaltando a impotência dos estados perante os interesses das grandes empresas e a necessidade de redefinir o papel dos governos nacionais.

A quarta e última definição, trata-se da transformação para uma economia globalizada, com economias nacionais decompostas e deslocadas para um sistema de transações e processos diretos no plano internacional. Portanto, tal definição é mais geral e sistêmica e buscando enfatizar a ruptura qualitativa do regime internacional desde o surgimento o capitalismo comercial, com os governos perdendo a capacidade de influenciar economias e destacando um modelo de grande interdependência.

De outro lado, estão os países que compram o excedente e vendem matérias primas, além de trazerem uma concorrência de novos trabalhadores, que são uma das razões dos salários reais dos trabalhadores norte-americanos estagnarem – os países em desenvolvimento.

Segundo Seitenfus (2013) a globalização atualmente é manifestada pelos aspectos financeiro, comercial, cultural e comunicação. Contudo, as oscilações são bastante relevantes e debatidas pelas conjunturas recentes como as crises nas economias emergentes e na União Europeia.

Para buscar minimizar os efeitos desse fenômeno, os países buscam a colaboração. Destacam-se as iniciativas de grupos como o G8 e o G20, além de instituições financeiras internacionais visando evitar ataques especulativos e, portanto, necessitando de um esforço contínuo dos estados, com seus respectivos bancos centrais, além da capacidade de intervenção de instituições financeiras, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Outra importante ferramenta de minimização dos efeitos da globalização são as regras estabelecidas pelo Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC), em que, segundo os dados de 2013 do FMI, possuía 95% do comércio mundial sob suas regras.

Apesar da expectativa por um comércio global integrado, Seitenfus (2013) alerta para um processo chamado de *balcanização*, em razão da multiplicidade dos acordos e blocos regionais, com desenvolvimento destacado a partir dos anos de 1980. Esses processos de integração regional têm conquistado mais espaço na economia política internacional em razão da adoção de políticas econômicas em comum entre estados de forma mais duradora, visando minimizar os entraves comerciais entre vizinho e diferenciar dos vínculos de estados externos da região.

Para Seitenfus (2013) a conferência de Doha em 2001 e seus desdobramentos trouxeram dúvidas sobre a estabilidade de um sistema multilateral de comércio. O evento aconteceu após os atentados terroristas de 11 de setembro do mesmo ano, ofuscando temas comerciais em razão das questões de segurança internacional. Os resultados imprevisíveis, especialmente pela causa papéis antagônicos entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, fez com que a responsabilidade do papel da OMC fosse mais elevada, visando garantir o desenvolvimento e redução das desigualdades no cenário internacional.

Ainda em 2001, a OMC contou com a entrada da China, após várias negociações com os mais diversos parceiros internacionais, Estados Unidos e União Europeia, com quem precisou resolver entraves para uma harmonização na abertura das economias. Apesar das décadas de reformas econômicas que abriram a economia chinesa, a china ainda vivia em um certo isolamento e passou a ser um parceiro importante para a OMC na promoção de uma ordem econômica internacional

Segundo Viktor Sukup (2002) trata-se de um acontecimento histórico pelo simbolismo a partir da ampliação da chamada “globalização da economia” e do papel de destaque da China cada vez maior, ao contrário se tivesse permanecido à margem da Organização Mundial do Comércio. Seu crescimento econômico tem ultrapassado o dos EUA, sendo que em 2014, a economia chinesa representou 16,6% do PIB mundial, com os EUA representando 16%, segundo dados do FMI. Atualmente, a diferença é maior: 17,9% dos chineses e 15,6% dos norte-americanos.

Contudo, apesar de parecerem rivais hegemonicamente, a relação de interdependência faz com que as economias entre tais países se encontrem de certa forma aparelhadas, sendo que qualquer oscilação no mercado de uma modifica diretamente o desempenho da outra. Em 2008, o comércio EUA-China era de US\$

407,5 bilhões, isso em um cenário de crise americana após a crise do *Subprime*. Mesmo com a óbvia diferença de pensamentos e ações do governo americano e do governo chinês, a interdependência entre tais estados é notória e o conceito secular de “*beggar-thy-neighbour policies*” (política de empobrecimento ao vizinho) tornou-se cada vez menos importante em um mundo cada vez mais interdependente.

Adotando um discurso de ajuda aos países considerados periféricos do sistema capitalista, através de investimentos e acordos de comércio, a China tornou-se a maior parceira econômica dos países em desenvolvimento, conquistando uma vitória significativa especialmente após a crise da união europeia e a tentativa de recuperação dos EUA da bolha imobiliária. A importância da China no cenário internacional foi de aumentar a demanda das commodities, permitindo a valorização desses produtos. Países emergentes como Brasil, Rússia, África do Sul e Índia uniram-se à China na tentativa de fomentar o crescimento dessas nações emergentes.

Os EUA então promoveram o tratado do *Transpacífico* que engloba os países responsáveis por cerca de 40% da economia internacional, composto originalmente por Japão, Austrália, Canadá, México, Peru, Chile, Malásia, Vietnã, Nova Zelândia, Cingapura e Brunei. Inicialmente, fora uma tentativa implícita dos EUA e do Japão de conter o avanço da influência econômica da China na região e explicitamente de aumentar o envolvimento norte americano na região do Pacífico, que se tornaram os principais destinos para os produtos manufaturados dos EUA e, portanto, um mercado de grande significância para a exportação de bens e serviços.

Contudo, o atual presidente dos EUA, Donald Trump, assinou um decreto determinando a retirada do país do acordo por motivos econômicos, permitindo que China ganhe destaque e conte com apoio para sua entrada, como da Austrália e Nova Zelândia.

No entanto, alguns pensadores analisam que a globalização não possui tamanha extensão. Gilpin (2001), por exemplo, afirma ser falsa e exagerada a responsabilidade da globalização pela maioria dos problemas econômicos e políticos do mundo, acrescentando que outros fatores como desenvolvimento tecnológico e políticas nacionais imprudentes são as responsáveis pela maioria das críticas sobre globalização e seus efeitos, que resulta em uma desilusão com os discursos de fronteiras mais abertas ao comércio e ao investimento, que levam à crença que

globalização teve um impacto negativo sobre os trabalhadores, o meio ambiente e os países menos desenvolvidos.

Em uma análise geral, o vencedor do prêmio Nobel de economia, Paul Krugman (2000) afirma que a globalização torna o mundo um lugar mais rico, embora a riqueza criada destine-se a dois tipos de pessoas de forma desproporcional. De um lado estão aquelas pessoas que quem possuem o benefício de um acesso à tecnologia e capital mais próximo – países em desenvolvimento. Do outro, estão o que tem tecnologia e capital para vender e utilizar – países desenvolvidos.

5 Considerações finais

No decorrer deste trabalho pretendeu-se fazer uma análise histórica das diferentes relações econômicas e políticas ao longo dos séculos a partir das relações internacionais e socioeconômicas que passaram por diversas modificações, demonstrando a relevância do papel da economia nos avanços do sistema internacional.

Apesar dos estudos relacionados à economia política nas relações internacionais possuírem maior ênfase a partir do fim da Guerra Fria, é visível e notório que isso influenciou as transformações no sistema internacional, conforme apresentado neste, a partir do feudalismo e do início da formação dos estados nacionais, através de análises de importantes historiadores, como Leo Huberman, sobre os avanços econômicos na produção e comércio.

Os estudos relacionados a política econômica têm sido bastante diversificados com o fenômeno da globalização que possui relevante papel nas mudanças estruturais de entidades interestatais e não estatais, o que contribuem para novos debates sobre a relevância da economia política para o sistema internacional. Entre esses estudos, estão a economia política internacional e a geoeconomia.

O primeiro campo é o da Economia Política Internacional (EPI) que busca analisar a interação contínua entre as esferas estatais e mercadológicas, com ambas as esferas devendo funcionar separadamente, em razão das suas lógicas funcionais. Enquanto as dinâmicas funcionais de poder dominam as questões políticas, os

processos do mercado são impulsionados por imperativos econômicos. Contudo, o campo de estudo passa por evoluções, decorrentes de novas demandas e para uma análise entre as esferas com atores estatais e não estatais.

O segundo campo de estudos é o da Geoeconomia, que trata de uma área da geografia política (geopolítica) que surgiu durante os movimentos expansionistas. A Geoeconomia surgiu a partir da necessidade de adequação às novas demandas em razão do surgimento de novos atores e tecnologias, globalização, além de novas formas de disputas no cenário internacional, com a economia sendo foco de análise no relacionamento entre os estados e suas devidas estratégias para promoção no sistema internacional.

Assim como a campo de estudo anterior, a Geoeconomia não é direcionada em descrever relacionamentos econômicos históricos, contudo, ajuda a compreender e analisar as relações que os eventos político-econômicos trazem, além de demonstrar o quanto importante os eventos econômicos possuem na formação do sistema internacional.

O período feudal foi importante para a formação de um pensamento econômico e sua relação com as instituições – como a igreja –, os costumes, modelo de produção e o significado de riqueza do período, que foi sendo remodelado ao longo da história e resultou em diversos eventos que ajudam a compreender acerca da evolução do sistema internacional a partir da formação dos estados nacionais com o período mercantilista.

O mercantilismo é caracterizado pelo desenvolvimento e fortalecimento do estado nacional por meio de forte intervenção estatal na economia, através de ações como garantia de monopólios comerciais e protecionismo para proteger o mercado interno, com intuito de alcançar a balança comercial favorável e alcançar mais poder político e econômico, sendo destacável que a noção de riqueza passou por transformação, com a acumulação de metais preciosos como qualificação da riqueza. O resultado dessas ações foram diversos conflitos e críticas ao modelo estabelecido por essas relações beligerantes, que permitiu a evolução intelectual de estudos sobre políticas econômicas entre as nações na sociedade internacional, com autores de destaques como David Ricardo, Adam Smith, David Hume e Hugo Grócio.

O mercantilismo fora um relevante evento histórico de transição para a sociedade contemporânea e evolução significativa dos estudos a respeito da política e economia, além da sua relevância nas mudanças sistêmicas internacionais com o início do período capitalista.

O capitalismo fora resultado de diferentes processos políticos, econômicos e sociais, surgindo com a evolução das tecnologias e da divisão do trabalho. Possui como uma de suas principais características a adaptação sistêmica aos seus ciclos e crises, que resultaram em diversos conflitos e discussões, bem como tentativas de criação ou crença em um sistema econômico antagônico – como o Socialismo, Nazismo e o Fascismo – na busca de solucionar os problemas sistêmicos do capitalismo, como desigualdades socioeconômicas e na balança de poder das relações internacionais, além das crises financeiras recorrentes que contribuíram também para a evolução do atual cenário internacional.

A adaptação do capitalismo às crises e seus ciclos econômicos levaram há diversas mudanças estruturais e, segundo Jorge Miglioli (2006), a globalização é uma nova fase do desenvolvimento do sistema capitalista, embora argumente que a globalização envolve diversos aspectos que não apenas financeiros.

Atualmente, a globalização está presente em diversas análises contemporâneas a respeito do seu papel no sistema internacional e, portanto, possui influência direta nos estudos das relações internacionais nas novas demandas de discussões sobre redefinição do relacionamento de poder do estado com outros atores não governamentais, como os grupos de interesses, empresas transnacionais, entre outros, possuem papéis cada vez mais relevantes com a evolução da globalização nas decisões importantes do sistema internacional.

Por fim, é notório o papel econômico na evolução da humanidade e, portanto, no sistema internacional que possui diversas causas para sua evolução, não somente as causas econômicas. O trabalho buscou descrever como as mudanças de pensamento econômico ao longo da história foram determinantes para o desenvolvimento do sistema internacional e demonstrar que, mais do que nunca, vem ganhando cada vez mais notoriedade na tomada de decisões importantes, em razão da interdependência entre os estados no sistema internacional, que é caracterizado pelas disputas de

poder nas relações internacionais sendo o Sistema Econômico Internacional uma extensão cada vez mais relevante na balança de poder entre os estados.

6 Referências

AGUIAR, Nuno. **EUA VS. CHINA**: qual a maior economia do mundo. Disponível em: <http://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/americas/detalhe/eua-vs-china-qual-e-a-maior-economia-do-mundo>

CARR, Edward Hallett, **Vinte Anos de Crise: 1919 – 1939**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Disponível em: <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAGUERRA.pdf>.

EUA mais uma vez perdem status de maior economia para a China. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/economia/201612147161092-eua-china-pib-2016/>.

GILPIN, Robert. **Global Political Economy**: Understanding the International Economic Order. Disponível em: https://www.academia.edu/30990219/Robert_Gilpin_Jean_M._Gilpin_Global_Political_Economy_-_Understanding_the_International_Economic_Order.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Política Internacional**: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GREENSPAN, Alan. **A Era da Turbulência**: Aventuras em um Novo Mundo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Itc-livros técnicos e científicos editora s.a. 21ª edição, 1986.

HUME, David. **Ensaio morais, políticos e literários**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações**: a recomposição da ordem mundial. Objetiva, 1996. Disponível em: https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/samuel_huntington_-_o_choque_de_civilizacoes1.pdf.

KRUGMAN, Paul. The Magic Mountain. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2000/01/23/opinion/reckonings-the-magic-mountain.html>.

LAMOUNIER, Sasha. **Liberalismo clássico**: de centro a progressista! Disponível em: <http://naomeespezinhes.blogspot.com.br/2015/10/liberalismo-classico-de-centro-e.html>.

LEITERITZ, Ralf. **The International Political Economy**: the state of the art. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-56122005000200004&lng=pt&nrm=iso.

LUTTWARK, Edward. **From Geopolitics to Geo-economic**: Logic of conflict, grammar of commerce. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/42894676?newaccount=true&read-now=1&seq=1#page_scan_tab_contents.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Editora Martin Claret, 1998.

MIGLIOLI, Jorge. **Dominação burguesa nas sociedades modernas**. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo205Artigo1.pdf.

NICHOLS, Lawrence. **A review of Lester Thurow's The Future of Capitalism**. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/0045-3609.00030>.

SEITENFUS, Ricardo. **Relações Internacionais**. Barueri, SP: Editora Manole, 2013.

SMITH, Adam. **História da Riqueza do Homem**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Rio de Janeiro: Editora Nova Cultural Ltda. 1996.

SUKUP, Viktor. **A China frente à globalização**: desafios e oportunidades. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200005.

TEBCHIRANI, Flávio Ribas. **Princípios de economia: micro e macro**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

WEBER, Marx. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras. 2004.

WHEELAN, Charles. **Naked Economics**: undressing the dismal science. Nova York, W.W Norton & Company. 2010.

EVENTS AND DECISIONS OF A POLITICAL-ECONOMIC NATURE THAT INFLUENCED THE INTERNATIONAL SYSTEM

ABSTRACT: The economy is very importante for humanity. To prove this, it is enough to look at history or to try to live for twenty four hours without consuming or using something not produced by you. This paper seeks to describe and analyze political and economic ideas in different events, considering the different forms of expression, such as the systemic transformations in international relations throughout the centuries, seeking an identity in the relations between politics and economy through bibliographic reviews. In addition, it seeks to present that international systems, with the description and analysis of historical events, as well as their political and economic models, in order to demonstrate the impacts and influences of these events for the International Economic System from the perspective of the Economy International Policy and Geoeconomic.

Keyword: Economic. Political. Geoeconomic. International Relations. International System. International Political Economy.